



JORNAL

FENAJUFE EM PAUTA

9ª EDIÇÃO | DE 1º A 7 DE FEVEREIRO DE 2025 | ANO 2

Reajuste irrisório do auxílio-alimentação e assistência pré-escolar expõe incoerência no orçamento do Judiciário

Enquanto magistrados acumulam supersalários, servidores recebem reajuste de apenas 4,83% no auxílio-alimentação

PÁG. 5

PRESSÃO

CNJ recebe entidade em meio a mobilização nacional por direitos

PÁG. 6

ADI 7709

STF marca para 14/02 julgamento que pode impactar servidores

PÁG. 4

ARTICULAÇÃO

Erika Kokay debate pauta dos servidores com representantes do Judiciário

PÁG. 7

12º CONGREJUFE

Confira o calendário oficial

PÁG. 3

E mais...

12º Foz do Iguaçu — ABRIL/2025 Congrejufe



EXPEDIENTE

Supervisão - Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Carneiro
Fernanda Lauria
Márcia Pissurno

Projeto Gráfico - Paula Morena

Logotipo - Rap Design

Textos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Fotos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

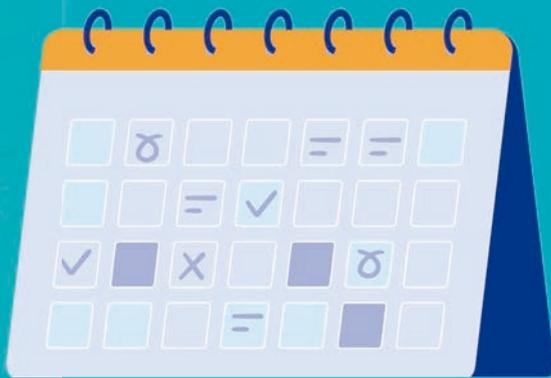
Colaboração: Ana Carolina Rubo, estagiária da Fenajufe

Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Endereço - SCS, Quadra 2, Bloco "C", Edifício Serra Dourada, 3º Andar, salas 312 à 318 70300-902

Telefone - (61) 3962 - 8925

E-mail - imprensa@fenajufe.org.br



Fenajufe divulga programação oficial do 12º Congrejufe

O Congresso Nacional da Fenajufe ocorrerá em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 2025

A Fenajufe encaminhou aos sindicatos de base a programação oficial do 12º Congresso Nacional da Federação – Congrejufe – que será realizado em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 2025. Na pauta, conjuntura internacional e nacional; plano de lutas; opressões, políticas permanentes; alteração estatutária, organização sindical, entre outras.

Destaque também na programação são as reuniões dos grupos de trabalho (GT) para debate e aprofundamento das pautas do Congrejufe. Confira:

26/04/2025 - Sábado - 1º dia

9h às 12h: Recepção das delegações
13h30: Início do credenciamento dos titulares
14h: Abertura
16h30: Painel - Conjuntura internacional e nacional
19h15: Encerramento do credenciamento do 1º dia
19h15 às 20h: Reunião das delegações
19h30 às 22h30: Jantar

29/04/2025 - Terça - 4º dia

9h às 10h: Reunião das delegações
10h30 às 11h30: Reuniões dos GTs para debate e aprofundamento da pauta do Congrejufe
12h às 14h: Almoço
14h: Plenária Final (Pauta de reivindicações, plano de lutas e calendário de mobilização; Opressões e políticas permanentes; Conjuntura internacional e nacional; Balanço da gestão e atuação da Fenajufe)
16h15: Plenária final (continuação)
19h30 às 22h30: Jantar

27/04/2025 - Domingo - 2º dia

9h: Abertura do credenciamento dos titulares
9h: Regimento interno do 12º Congrejufe e recursos
10h: Balanço da atuação da Fenajufe pelas assessorias
12h10: Eleição da comissão eleitoral
12h às 14h: Almoço
14h: Balanço de gestão e atuação da Fenajufe
16h15: Painel - Opressões e políticas permanentes
19h15: Encerramento do credenciamento dos titulares
19h15 às 20h: Reunião das delegações
19h30 às 22h30: Jantar

30/04/2025 - Quarta - 5º dia

9h às 10h: Reunião das delegações
10h: Plenária Final (continuação)
12h às 14h: Almoço
14h: Plenária Final
16h30: Apresentação das chapas e dos candidatos(as) ao Conselho Fiscal
19h às 01h: Eleição da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal (Gestão 2025/2028)
19h30 às 22h30: Jantar

28/04/2025 - Segunda - 3º dia

9h às 10h: Reunião das delegações
9h: Início do credenciamento dos suplentes
10h30 às 11h30: Reuniões dos GTs para debate e aprofundamento da pauta do Congrejufe
12h: Encerramento TOTAL do credenciamento
12h às 14h: Almoço
14h: Votação do Regimento Eleitoral
15h: Painel - Organização Sindical, mundo do trabalho e unidade dos trabalhadores/as
18h às 19h30: Prestação de contas (maio de 2024 a março de 2025)
19h30: Encerramento
22h às 02h: Confraternização

01/05/2025 - Quinta - 6º dia

9h: Posse da Diretoria Executiva da Fenajufe e do Conselho Fiscal (Gestão 2025/2028)
12h às 14h: Almoço
14h: Plenária final e encerramento
19h30 às 22h30: Jantar

Raphael de Araújo

NS no PJU

STF marca julgamento da ADI 7709 para 14 de fevereiro



A sessão no plenário virtual ocorrerá entre os dias 14/02 e 21/02

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 14 de fevereiro o julgamento no plenário virtual da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7709. A ação, que está sob relatoria do ministro Cristiano Zanin, foi ajuizada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, questionando o nível superior (NS) para os técnicos do PJU; a sessão ocorrerá entre os dias 14/02 e 21/02.

A Fenajufe, através da Assessoria Jurídica Nacional (Cezar Britto Advocacia), solicitou a retirada de pauta para requerer sustentação oral.

Em outubro do ano passado, a Federação se reuniu com o ministro Zanin sobre o tema. Na ocasião, foi apresentado memoriais com

argumentos técnicos e jurídicos pela manutenção do NS do PJU.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal já se manifestaram contra a ADI 7709 e a favor da constitucionalidade do nível superior para os técnicos.

NS no MPU

O PGR também ingressou com uma ADI contra o NS para os técnicos e técnicas do Ministério Público da União (MPU). Trata-se da ADI 7710, sob relatoria do ministro Dias Toffoli.

A Fenajufe, da mesma forma, se reuniu com o relator para tratar do assunto. Durante a reunião, a Federação defendeu o nível superior para os técnicos do PJU e do MPU como uma das maiores conquistas das servidoras e servidores e pediu apoio do ministro.

Raphael de Araújo



Fenajufe atua para criação da Frente Parlamentar em defesa dos servidores do Judiciário

Iniciativa é conjunta com outras entidades do segmento. próximo desafio é alcançar as 198 assinaturas necessárias para instalação

A Fenajufe, junto a outras entidades representativas do segmento, protocolizou na Câmara dos Deputados o requerimento para a criação da Frente Parlamentar Mista pela Defesa e Valorização dos Servidores e Funcionários do Poder Judiciário Brasileiro e seus Conciliadores e Mediadores. A iniciativa visa fortalecer a luta pelos direitos da categoria, condições dignas de trabalho e um serviço público de qualidade para a população.

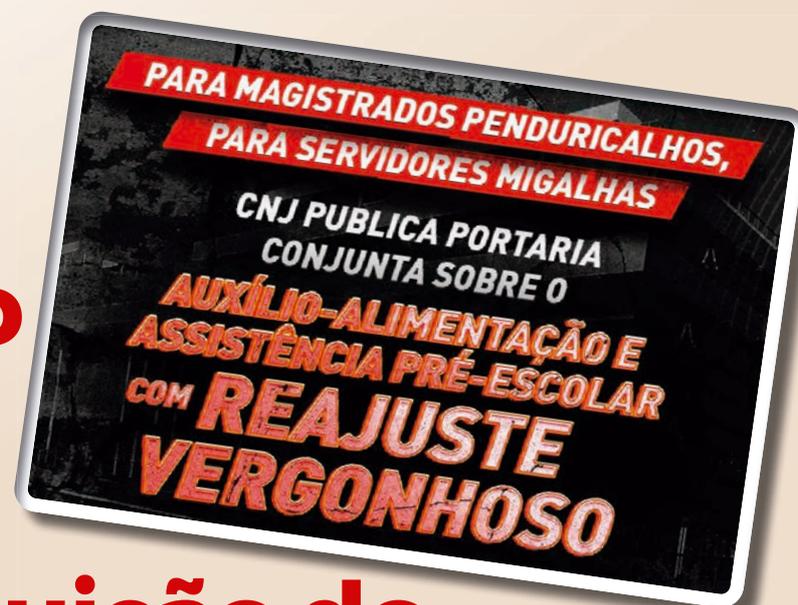
O próximo desafio é alcançar as 198 assinaturas necessárias para a instalação da Frente. A Fenajufe convoca todas as entidades sindicais da sua base a se mobilizarem na busca pelo apoio de parlamentares, garantindo assim que a iniciativa avance no Congresso Nacional.

A Frente Parlamentar será um espaço estratégico de articulação política para debater e propor medidas legislativas que valorizem os servidores, combatam a sobrecarga de trabalho, busquem a recuperação de direitos previdenciários e promovam melhores condições estruturais para o funcionamento da Justiça.

A Fenajufe reforça a importância do engajamento de toda a categoria para pressionar deputados e senadores a assinarem o requerimento. A defesa dos servidores e do fortalecimento do Judiciário depende da união e da mobilização de todos.

Joana Darc Melo

Fenajufe denuncia reajuste irrisório do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar e cobra coerência na distribuição do orçamento do PJU



Enquanto magistrados acumulam supersalários, servidores recebem reajuste de apenas 4,83% no auxílio-alimentação

Para magistrados, penduricalhos; para os servidores, migalhas. Diante desse cenário de desigualdade, que não é uma novidade, a Fenajufe reitera mais uma vez que é inaceitável que juízes, cujo teto remuneratório deveria ser de R\$ 46 mil, recebam valores mensais de R\$ 100 mil, R\$ 200 mil e até R\$ 500 mil, enquanto servidores(as) enfrentam anos de perdas salariais e sequer têm um benefício reajustado conforme a inflação.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, no dia 29 de janeiro, a Portaria Conjunta nº 2/2025, que reajusta o auxílio-alimentação das servidoras e servidores em apenas R\$ 67,30, um aumento de 4,83%. Atualmente, o auxílio-alimentação é de R\$ 1.393,10, passando para R\$ 1.460,40 a partir de 1º de fevereiro. O normativo também reajusta a assistência pré-escolar de R\$ 1.178,82 para R\$ 1.235,77.

Além do CNJ, assinam a portaria o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o Superior Tribunal de Justiça (STJ); o

Conselho da Justiça Federal (CJF); o Tribunal Superior do Trabalho (TST); o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT); o Superior Tribunal Militar (STM) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

A Federação lembra, inclusive, que atuou para garantir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um aumento acima da inflação nos benefícios dos(as) servidores(as). Por meio de emenda legislativa, foram retiradas do texto as restrições orçamentárias que prejudicariam os(as) servidores(as) do Executivo, Legislativo, Judiciário, MPU e Defensoria Pública da União (DPU). No entanto, mesmo com a possibilidade de conceder um valor justo para o auxílio-alimentação, os tribunais optaram por negligenciar a categoria.

Notícias recentes desmentem o discurso das administrações dos tribunais sobre a falta de orçamento. Pelo contrário, demonstram que há recursos disponíveis — mas não para os(as) servidores(as). Em dezembro de 2024, pelo menos 41 juízes receberam mais de R\$ 500 mil cada em benefícios, conforme noticiado pelo UOL em 24 de janeiro, com base nos dados do painel de remuneração de magistrados do CNJ. E não para por aí.

A disparidade se agrava com os dados divulgados pelo Estadão em

5 de janeiro, que trouxe um levantamento da Transparência Brasil. O estudo revelou que, entre julho de 2023 e outubro de 2024, 35 tribunais criaram novas rubricas que elevaram os contracheques de 8.736 juízes, desembargadores e ministros, garantindo-lhes ganhos extras de R\$ 12,4 mil por mês.

Os penduricalhos, ainda que legalmente amparados, são utilizados como brechas para driblar o teto constitucional, resultando em remunerações desproporcionais e privilégios incompatíveis com a realidade da maioria dos(as) servidores(as). Portanto, além de denunciar, é importante destacar que, embora a imprensa frequentemente cometa equívocos ao associar os(as) servidores(as) aos supersalários, os verdadeiros beneficiados são os magistrados, desembargadores e ministros do alto escalão do Judiciário.

Para se ter ideia, em 2024, a Fenajufe percorreu todos os órgãos do PJU em busca da implementação da reestruturação da carreira do PJU e de uma nova política de malha salarial para a categoria. No entanto, a resposta foi sempre a mesma: “não há orçamento”.

A grande questão é: até que ponto esses penduricalhos são justificáveis? E mais. Por que sempre há orçamento para magistrados, mas nunca

para os servidores e servidoras?

Por isso, a Fenajufe cobra coerência e justiça na distribuição dos recursos, exigindo que os(as) servidores(as) tenham seus direitos reconhecidos e que o orçamento do Judiciário contemple todos(as) os(as) que fazem a máquina do PJU funcionar diariamente, garantindo um serviço público de qualidade para a população — e não apenas para a cúpula do Judiciário.

Por isso, a Fenajufe lança uma campanha nacional em defesa das servidoras e servidores do PJU e do MPU, com foco na disputa orçamentária. As atividades começam em 7 de fevereiro — com atos, manifestações e paralisações nos estados e em Brasília — e se intensificam até 20 de março, data em que a categoria vai deflagrar greve nacional em defesa de direitos e por melhores condições de trabalho.

Como parte da mobilização, a Federação divulgou, na terça-feira (28), cartas abertas ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, exigindo respeito, apresentando a pauta de reivindicações, cobrando negociação e diálogo permanente com a categoria.

Fernanda Miranda

Servidores no orçamento

Fenajufe é recebida pelo diretor-geral do CNJ em primeiro dia de mobilização



Federação cobrou mais efetividade nos trabalhos do Fórum de Carreira

O primeiro dia da mobilização nacional da Fenajufe e Sindicatos de base terminou com saldo positivo em Brasília: como resultado da movimentação em frente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na manhã de sexta-feira (7), a Fenajufe e representantes da Comissão Pró-Fenajufe DF foram recebidos pelo diretor-geral, Johanness Eck.

Participaram da reunião a coordenadora Sandra Dias e o coordenador Paulo José da Silva, além da advogada Larissa Awwad – da Assessoria Jurídica Nacional (Cezar Britto Advocacia) – da servidora do MPU Ana Paula Cusinato, coordenadora da Comissão Pró-Fenajufe e do presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (Assejus), Fernando Freitas.

Na reunião, os(as) dirigentes reforçaram a urgência de mais efetividade nos trabalhos do Fórum de Carreira do CNJ para garantir resultados para a categoria. O Fórum foi uma conquista da Fenajufe para os(as) servidores(as), no entanto, foi ressaltado a necessidade de as pautas avançarem no colegiado, a exemplo do adicional de qualificação (AQ), aprovado no Fórum em dezembro de 2024, sem sequer ter sido enviado ao STF até a presente data.

O orçamento do Poder Judiciário também foi pauta do encontro com o DG. A Fenajufe exige a inclusão efetiva das servidoras e servidores no orçamento, sem a submissão do atendimento das pautas de melhorias salariais à disponibilidade orçamentária futura.

Outros temas tratados na reunião foram o Ato CSJT.GP.SG.SEOF1 nº 18/2025 – que regulamentou o Ato CSJT nº 16/25 e resultou na redução do auxílio-saúde e o aumento da disparidade entre magistrados e servidores e a necessidade do auxílio-nutrição para aposentadas e aposentados.

Além do ato no CNJ, houve panfletagem no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e outros órgãos.

Mobilização nacional

A Fenajufe encaminhou para os sindicatos o calendário de mobilização. Entre as principais reivindicações estão:

- ▶ Inclusão dos(as) servidores(as) no orçamento;
- ▶ Implementação do Adicional de Qualificação (AQ);
- ▶ Reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar, condizente com os valores praticados pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- ▶ Construção de uma política salarial justa;
- ▶ Implementação do auxílio-nutrição.

Calendário

11 e 12 de fevereiro – Mobilizações no CNMP e no STF;

Além da mobilização do dia 7/02, a Fenajufe convoca a categoria para dois atos nacionais, acompanhando as sessões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Supremo Tribunal Federal (STF), além de ações de apoio nos estados para garantir a visibilidade da mobilização.

11 de fevereiro – **CNMP:** Mobilização em frente ao Ministério Público da União (MPU), às 9h, acompanhando a sessão do CNMP;

12 de fevereiro – **STF:** Mobilização em frente ao STF, às 14h, durante a sessão de julgamento;

20 de fevereiro – **Greve Nacional do PJU e MPU:** O dia 20 de março será marcado pela Greve Nacional dos(as) servidores(as) do PJU e do MPU.

Na data serão realizadas atividades nos estados e no Distrito Federal, com atos públicos e a apresentação formal da pauta ao STF.

Raphael de Araújo



Defesa dos servidores do judiciário

Fenajufe e Assejus se reúnem com deputada Erika Kokay para discutir criação da Frente Parlamentar

A Federação também defendeu a criação de cargos na Justiça Eleitoral

A Fenajufe esteve presente, nessa quinta-feira (6), no gabinete da deputada Erika Kokay (PT-DF), ao lado do presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal (Assejus), para tratar da instauração da Frente Parlamentar Mista pela Defesa e Valorização dos Servidores Públicos do Poder Judiciário Brasileiro e seus Conciliadores e Mediadores. A reunião também defendeu a nomeação de servidores das Justças Federal e Eleitoral.

Estiveram presentes na reunião a coordenadora da Fenajufe Sandra Dias, a ad-

vogada Larissa Awwad, da Assessoria Jurídica Nacional (Cezar Britto Advocacia), o presidente da Assejus Fernando Freitas, o coordenador-geral do Sintrajurn/RN, Leandro Gonçalves e dois representantes dos concursados da Justiça Eleitoral que aguardam a nomeação e posse.

No encontro foram debatidos, dentre outros, os temas:

✔ A criação de cargos na Justiça Eleitoral tratada no PL 4/2024; e

✔ A articulação para a instauração da Frente Parlamentar Mista;

Criação de cargos na justiça eleitoral

O Projeto de Lei nº 4 de 2024, de autoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propõe a criação de 472 cargos efetivos, sendo 242 para técnicos judiciários e 232 para analistas judiciários, além de 75 cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A proposta visa suprir a necessidade de pessoal diante do aumento do eleitorado, das candidaturas e dos processos judiciais e extrajudiciais.

Instauração da Frente Parlamentar Mista

A iniciativa visa fortalecer a luta pelos direitos da categoria, condições dignas de trabalho e um serviço público de qualidade para a população.

A Frente Parlamentar será um espaço estratégico de articulação política para debater e propor medidas legislativas na valorização do serviço público, sobretudo na prestação jurisdicional, no combate à sobrecarga de trabalho dos servidores, defesa e recuperação de direitos previdenciários, além de promover melhores condições estruturais para o funcionamento da Justiça.

Ana Carolina Rubo - Estagiária da Fenajufe
Supervisão: Raphael de Araújo



Justiça do Trabalho

Fenajufe articula com a assessoria jurídica medida contra redução do auxílio-saúde dos servidores

Portaria publicada pelo CSJT reduz valor do auxílio-saúde e aumenta disparidade entre magistrados e servidores

A Fenajufe se reuniu com a equipe da Assessoria Jurídica Nacional (AJN – Cezar Britto Advocacia), na terça (4), para tratar do Ato CSJT.GPSG.SEOFI nº 18/2025, publicado no dia 31 de janeiro, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O normativo regulamentou o Ato CSJT nº 16/25, para dispor sobre o valor per capita da Assistência Médica e Odontológica e o limite do auxílio-saúde no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.

Participaram da reunião a coordenadora-geral Sandra Dias e o coordenador Paulo José, acompanhados pelo assessor institucional da Federação, Alexandre Marques. Eles foram recebidos pelas advogadas Larissa Awwad e Bruna Sandin.

Durante a reunião, a Federação buscou junto à AJN medidas cabíveis para reverter a portaria que resultou na redução do auxílio-saúde e o aumento da disparidade entre magistrados e servidores.

Além da redução do valor do auxílio-saúde, a portaria publicada pelo CSJT não regulamentou a aplicação do acréscimo que beneficiaria os servidores com mais de 50 anos, com deficiência ou doença grave – conforme determina a Resolução 500 do CNJ. Vale mencionar que a Justiça Federal regulamentou a medida recentemente.

Campanha

A Fenajufe lançou nessa sexta-feira (7) a mobilização nacional da categoria com foco na inclusão das reivindicações dos servidores no orçamento que historicamente tem sido ocupado pelos penduricalhos e regalias de magistrados, enquanto servidores sofrem perdas durante anos. Entre os principais pontos da pauta da categoria, está a melhoria e isonomia no auxílio-saúde para servidores.

Fernanda Miranda